

# FALTOU DIZER

Aloysio Biondi

## O segredo que os economistas estão tentando esconder do País

Os chamados "economistas de oposição" se celebrizaram, nos últimos anos, por suas críticas ao modelo econômico adotado desde a época do milagre, pelo Ministro Delfim Netto, responsabilizando-o pela miséria e pelos problemas sociais do País — e até pela dependência criada em relação ao exterior, a partir do endividamento externo. Seu diagnóstico era claro: imperava no Brasil um capitalismo selvagem, marcado pelo "perdão de impostos" (incentivos), pelo crédito subsidiado (juros artificialmente baixos, com a diferença em relação à inflação paga pelo Tesouro), pelos "abatimentos" na venda de energia, matérias-primas etc. fornecidas pelas estatais. Tudo isso representando verdadeiras "doações" de trilhões e trilhões de cruzeiros a grupos empresariais, provocando a concentração da renda e da propriedade, numa escala raramente vista em qualquer país capitalista, ao longo da história.

Rios de dinheiro do Tesouro, do País, de todos nós, foram canalizados para os cofres de segmentos privilegiados (por força de uma política econômica, sem falar nos "escândalos", que são outra coisa). Por isso sempre faltou dinheiro para criar mais empregos, reduzir a miséria, superar problemas que aflijam o povo. A partir de todo esse diagnóstico, os chamados "economistas de oposição" pregavam um modelo alternativo, em que a renda seria distribuída, criando-se amplo mercado interno no País, que garantiria o crescimento da economia, da mesma forma, mas com uma diferença fundamental: as desigualdades e a miséria seriam reduzidas no Brasil.

Agora que a oposição chegou ao poder, seria previsível que houvesse grandes mudanças no "modelo econômico", dando-se prioridade à questão social e à redistribuição da renda. Ledo engano: sem que a opinião pública tenha entendido para o problema, o País corre o risco de aprofundar as distorções dos últimos anos, perdendo-se a chance de abreviar a solução dos problemas sociais. Por quê? Porque os antigos "economistas de oposição", hoje chamados de "progressistas", mudaram seus pontos-de-vista e estão

### Um erro que a Seap não explica

O feijão de cores subiu praticamente 50 por cento em maio, de Cr\$ 2.300 para Cr\$ 3.300 o quilo, apesar de o Governo deter grandes estoques do produto. A Seap diz que não poderia usar seus estoques para conter a "disparada", porque nesse mês o feijão subiu para a faixa de Cr\$ 140.000/Cr\$ 150.000 a saca, no atacado, apenas para combinar com o novo preço mínimo do Governo, válido para junho. Aqui, a Seap está mal informada. Esse novo preço, na faixa dos Cr\$ 140.000, vale para a saca da seca plantada em fevereiro/março e "colhida" em maio/junho. Para a primeira safra do ano, a das águas, o preço mínimo era substancialmente inferior, na faixa dos Cr\$ 90.000 a saca, em abril/maio. Os estoques do Governo e os estoques dos supermercados, atacadistas e varejistas,

### Entre o FMI e os hortifrutis

Depois dos 7,8 por cento de inflação em maio, o Ministro da Fazenda acredita em taxa até menor para junho. Não apenas acredita, mas define sua estratégia com esse objetivo adiar para julho o reajuste dos derivados do petróleo, estudar a redução de impostos para os cigarros, rever planilhas de custos de empresas e acertar "acordos" de cavalheiros com os supermercados. Com todo esse cenário antiinflação montado, fica claro que o Governo só não aceita a meta de 160 por cento de inflação para 1985, desejada pelo FMI, para não parecer que está "obedecendo" os credores, pois essa meta é cada vez mais viável. Em tempo: nesta primeira semana de apuração do índice inflacionário de junho (levantamento de preços iniciado dia 26 de maio), os produtos hortifrutigranjeiros, que dispararam em maio, dão sua contribuição positiva: aumentou a entrada dos produtos na Ceasa e os preços entraram em declínio.



defendendo uma política econômica que não tem qualquer diferença da proposta de "Brasil Potência" do Ministro Delfim Netto e do regime militar, no início da década de 70. Esse é o ponto central que deveria marcar o debate econômico, neste momento, mas pouco se está atentando para ele, inclusive no Congresso. A opinião pública está de olhos postos em problemas como o combate à inflação, o acordo com o FMI, as prestações do BNH. São todos eles problemas conjunturais, que passarão. A definição da grande estratégia que o País seguirá nos próximos anos, ao contrário, terá efeitos permanentes sobre a vida do povo bra-

sileiro, sobre a permanência ou a erradicação da miséria. A definição do "modelo", em resumo, é fundamental para sabermos que Brasil teremos no futuro. E a questão sequer está sendo exposta claramente à Nação, para que ela decida que rumos deseja tomar.

Como os economistas estão conseguindo esconder esse "segredo"? Eles se apresentam como "progressistas", dizem em todo momento que não contra a "recessão", que o Brasil "precisa crescer" (no mínimo 7 por cento ao ano...) para "criar em

pregos", pois o desemprego é o verdadeiro problema, a causa da miséria no País". Tudo muito bonito, muito simpático, mas absolutamente enganoso. Por que? Vamos por partes: 1 — CRES-CIMENTO — Sempre se disse que o importante não era "quanto" crescer, e sim "como" crescer. O "crescimento" da economia de um país é medida pelo valor de todos os bens e serviços produzidos em determinado ano ou período. Se o Brasil produzir, por exemplo, mais automóveis, ou computadores, ou máquinas, sua economia "crescerá" muito. Apa-

rentemente. O crescimento será apenas estatístico, porque resultante da produção de bens de alto valor. Se o Brasil redistribuir a renda e criar assim condições para dezenas de milhões de brasileiros consumam tecidos, alimentos, calçados, a economia poderá apesar disso, crescer muito menos, "nas estatísticas" — porque esses são produtos de baixo valor unitário. A diferença: haverá menos problemas sociais. 2. EMPREGO — Está claro, também, que a criação de empregos não tem nada a ver com as taxas de crescimento da economia. Fábricas de computadores, de automóveis ou de máquinas podem "inchar" as estatísticas de crescimento e criar pouquíssimos empregos. Inversamente, a produção de tecidos, calçados e alimentos podem gerar milhões de empregos, apesar de a economia estar, aparentemente, crescendo pouco.

Como se vê, os economistas "progressistas" estão agindo de forma enganosa, com suas propostas genéricas de "crescimento para criar empregos". Em outros tempos eles apresentariam com clareza sua proposta alternativa: haveria prioridade na redistribuição da renda, para com isso criar um mercado consumidor para alimentos, vestuário, calçados e outros produtos de consumo de massa. Haveria menores "taxas" de crescimento, mas haveria mais justiça social.

Por que fogem a essa definição? E que os economistas "progressistas", por formação (ou deformação) "ideológica", acreditam que qualquer país somente será "independente" se avançar na área industrial. Por isso agora defendem que o Brasil dê prioridade à "modernização" da indústria, defendendo investimentos e incentivos (perdão de impostos etc.) nas áreas da informática, automação, robotização etc., além da engenharia genética e biotecnologia. Só assim, dizem, o Brasil será uma "potência industrial média" nos próximos anos. Em 1970 o Ministro Delfim Netto e o regime militar decidiram fazer o "Brasil Potência" e não perguntaram à sociedade se era essa a prioridade nacional. Agora tenta-se repetir a história.

### Um lembrete para a Seap e o CIP

Já que Seap-CIP vêm, efetivamente, revendo a política de preços tanto para empresas estatais como privadas, não custa dar uma olhada nas empresas aéreas. No governo anterior as tarifas foram elevadas exageradamente, "para garantir a rentabilidade das empresas", mesmo que isso provocasse queda no movimento de passageiros. Outro caso de capitalismo à brasileira: quanto menos se atende ao mercado, mais lucra.

1

### Redistribuir, a renda, sem demora

Economistas e líderes empresariais têm repetido que é preciso que a economia cresça a taxas altas porque, sem isso, seria impossível redistribuir a renda, até por dificuldades políticas. Porém? Com a economia em crescimento — é, possível destinar as novas "fattas" do "bolo" a quem está marginalizado; com a economia crescendo a taxas baixas, seria preciso "tirar" algumas "fattas" de quem já tem, para "redistribuir-las", e isso provocaria reações dos "prejudicados".

Outro sofisma, outro mito. Um "modelo redistribuidor da renda" significa que os investimentos serão feitos de forma a criar renda e empregos para quem não os tem, prioritariamente. Com isso, o "acríscimo" na renda nacional ocorrerá nessas faixas, fechando-se progressivamente o fôsso existente entre brasileiros. Por exemplo: os investimentos na agricultura deveriam beneficiar prioritariamente os pequenos produtores, para que eles passassem a ter mais renda e a consumir (inclusive alimentos).

Outro exemplo: haveria incentivos, não para as empresas comprarem máquinas, mas para contratarem empregados (cadê a política de emprego da Nova República?). Da mesma forma haveria apoio às pequenas e médias empresas e não às grandes empresas.

Com tudo isso a economia passaria a crescer "de baixo para cima", em um novo "modelo".

2

### A única alternativa do momento

Todos os dias, nos jornais, líderes empresariais e economistas dizem que, apesar da recuperação da economia, há setores com 40 por cento ou 50 por cento de capacidade ociosa, de máquinas sem utilização. Descartada a choradeira de praxe, o fenômeno existe. Por quê? causa da "recessão do FMI"? Não. Porque o Governo, nos últimos anos, deu imensas vantagens às empresas e elas superdimensionaram suas fábricas e sua capacidade de produção. Mas o que importa, neste momento, é o fenômeno em si: se há ociosidade no parque industrial brasileiro, construído às custas da concentração da renda, por que dar novos incentivos ao setor, como os economistas defendem em sua linguagem cifrada? Ninguém vai investir em aumento da produção se o mercado hoje é até insuficiente.

E aí que surge a grande contradição dos "defensores das fábricas, alegando que, do contrário, a indústria nacional ficará defasada em relação às grandes potências. Se isso não fosse feito haveria "sucateamento" (de "sucata") das fábricas, via envelhecimento da tecnologia, e o Brasil não chegaria a potência média e não poderia competir no mercado mundial. Quanto a este último argumento, é furado. Os mercados naturais do Brasil são os países em desenvolvimento, para os quais não é necessário produzir com a falada alta tecnologia. O sonho é ser "potência".

3

### O caminho que não serve a este País

Nos últimos anos, depois que ficou encalacrado na dívida externa, o Brasil — como já se explicou nesta coluna — teve que partir, obrigatoriamente, para os "grandes projetos", porque os bancos internacionais só emprestavam dólares para eles. Era difícil, portanto, grandes mudanças no "modelo". Hoje a situação é totalmente diferente: o País tem reservas cambiais e reduziu enormemente sua dependência de determinadas importações (petróleo, metais, máquinas, fertilizantes). Os banqueiros já não exigem grandes projetos, nem emprestam dinheiro exigindo que ele seja aplicado na compra de mercadorias ("importações vinculadas") de seus respectivos países. As fábricas brasileiras têm capacidade ociosa, não precisam de novos investimentos imediatamente.

Por tudo isso, escolher um "modelo alternativo" neste momento, que beneficie as dezenas de milhões de marginalizados, não é apenas uma questão de justiça social. É, na verdade, o caminho correto para fazer com que a economia continue a crescer, desta vez corrindo desigualdades, em lugar de agravá-las, como no passado. Tudo isso precisa ser entendido pela opinião pública e pelo Congresso, para que o País faça as opções corretas. Isso somente será possível se forem derrubados por terra os mitos que os economistas "progressistas" (e seus representantes no Ministério) vêm cultivando: a tal história de que é preciso crescer para criar empregos é uma balela, uma mistificação só beneficia a quem já muito lucrou com o "modelo concentrador".



### A queda da correção e cálculos 'furados'

A correção monetária do próximo mês, julho, será calculada com base na inflação de abril (7,2 por cento) maio (7,8 por cento) e junho. Isto significa que, se este mês empacar mesmo na faixa dos 7 por cento, a correção monetária de julho estará na faixa dos 7 por cento, eliminando as diferenças substanciais ocorridas entre os dois índices em maio e junho. Haverá uma polêmica a menos, no País.

De qualquer forma é preciso dizer que são "furados" os cálculos, divulgados por economistas, segundo os

#### Desindexando as cabeças

A queda da inflação, decorrente da ação da Seap e CIP é um fenômeno cuja importância ninguém nega. Mais importante, porém, é o trabalho de "desindexação" das cabeças, que a Nova República começou — e que pode, finalmente, colocar o (falso, até aqui) capitalismo brasileiro dentro dos eixos.

Exemplo primeiro: a advertência de que os reajustes de preços serão dados de acordo com os custos apresentados pelas empresas — e não para compensar "perdas de lucros" passadas. Ao contrário do que ocorre em outros países capitalistas, no Brasil todos querem compensar perdas do passado com aumentos maiores no presente. Inflacionando agora, vamos seguir a regra universal: pode-se ganhar em um período, mas também se pode perder em outro. A meditar.

— Acontece que os compradores dos títulos somente teriam direito àquela diferença, de Cr\$ 12 trilhões, quando fossem resgatar os papéis,

na data de seu vencimento. E eles

vão vencendo ao longo dos próximos

cinco anos. Muita água vai rolar até

lá, não sendo difícil que esse "lucro"

desapareça quando a inflação estiver

substantialmente mais baixa e o

governo decida mudar a fórmula

atual da correção monetária.

— Anticapitalismo, ainda e sempre

O Ministro Aureliano Chaves pro-

põe que motoristas de táxi sejam no-

vamente beneficiados com a isenção

do IPI — Imposto sobre Produtos In-

ustrializados, na compra de carros a

álcool. Pretexto: aumentar o con-

sumo desse combustível. Mais uma

vez esquece-se que os recursos que o

Tesouro "doa" a qualquer setor po-

deriam ser usados para minorar

problemas sociais, como o da fome

endêmica no País. E mais: a política

de tarifas de táxis devia ser revista,

com urgência, em todo o País.

Elas vêm sendo estabelecidas de

forma a remunerar os taxistas mes-

mo que transportem cada vez menos

passageiros. Um autêntico "racio-

namento" da oferta, com inversão

total nas regras que deveriam nor-

tear o mercado: diz-se que as tarifas

precisam ser mais altas porque o nú-

mero de passageiros está caindo. O

que tem ocorrido é exatamente o

oposto.

